


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008804-66.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **Luis Fernando Milanetto**  
 Requerido: **Sergio Aparecido Dotti e outros**

Vistos.

**LUIS FERNANDO MILANETTO**, ajuizou ação de Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em face de **SÉRGIO APARECIDO DOTTI e MARIA CRISTINA FIORI DOTTI** (locatários) e **WANDERLEY APARECIDO ROSSI e CONCEIÇÃO APARECIDA SILVA ROSSI** (fiadores), pedindo a decretação do despejo dos réus do imóvel situado na Rua Totó Leite, nº 2750, Jardim Cardinalli, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos da locação, somando R\$ 4.290,68, cujo pagamento também almeja a condenação, com as obrigações que se vencerem no curso do processo.

Citados, os réus não contestaram o pedido.

Manifestou-se o autor.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor (Código de Processo Civil, artigo 319), notadamente a existência de relação locatícia e a inadimplência, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido. Ademais, tal relação está comprovada documentalmente.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e decreto o despejo dos réus do prédio locado, assinando-lhes o prazo de quinze dias para desocupação voluntária. Outrossim, condeno os réus ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação, vencidos até a data do ajuizamento e somando R\$ 4.290,68, além daqueles que se venceram posteriormente, até a efetiva desocupação do prédio, com correção monetária, juros moratórios, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação (incumbe ao juiz da causa a fixação), ressalvando que custas/despesas processuais em reembolso não entram na base de cálculo da verba honorária.

P.R.I.

São Carlos, 09 de novembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**